

EDUCAÇÃO DE FILHOS NAS FAMÍLIAS DE CAMADA MÉDIA¹

Lúcia Vaz de Campos Moreira*
Zélia Maria Mendes Biasoli-Alves**

Resumo: *O presente artigo versa sobre a família enquanto agente principal de socialização primária. É apresentado ciclo de vida da família onde se verifica que as famílias com filhos pequenos têm como problemas centrais as responsabilidades pelas crianças e pelas tarefas domésticas, além dos pais estarem envolvidos com o trabalho remunerado. Também são abordadas as mudanças históricas da família. O artigo se conclui com relatos de pesquisas que analisam as práticas de educação atuais.*

Palavras-chave: Família; Educação de filhos; Pais e filhos.

Para falar da educação de filhos, torna-se necessário abordar as questões ligadas à família, principal contexto em que ela se dá. Segundo Biasoli-Alves (2002), ela seria o agente principal de socialização primária, determina as práticas de educação da prole, organiza o ambiente da criança, estabelece maneiras e limites para as interações entre pais, filhos e netos, propicia condições para o desenvolvimento do bebê, sendo responsável pelas condições que possibilitam a formação da identidade; finalmente, cabe a ela a transmissão de valores e na vivência do cuidado entre pais e filhos, levar à lealdade intergeracional.

A família é, pois, um *locus* privilegiado para o desenvolvimento de seus membros, caracterizando-se por uma relação de reciprocidade tanto entre os sexos, quanto entre as gerações, lugar fundamental da educação e da socialização das novas gerações, onde a criança tem a experiência de ser acolhida e amada, de conviver com as diferenças (sexuais, de temperamento, idade), aprende o valor positivo do sacrifício de satisfações imediatas, visando o bem maior do conjunto familiar ou de determinado membro e a ser responsável, à medida que deve responder a alguém pelos seus atos (Petrini e Alcântara, 2002).

Para esses autores, no âmbito familiar são encontradas experiências humanas básicas que duram no tempo, como a maternidade, paternidade, filiação e fraternidade, sendo a família apontada como requisito do processo de humanização, que, através das relações de parentesco (destinadas a permanecer durante toda a existência), enraíza a pessoa.

Ainda para Petrini e Alcântara (2002), a sociedade se beneficia da família e entraria em colapso caso tivesse que assumir as tarefas desempenhadas por ela: promoção, proteção, acolhimento, integração e respostas às necessidades de seus membros.

Para Petrini (2003), embora a família seja uma realidade simples na articulação das relações entre homem e mulher e entre pais e filhos, ela é muito complexa, pois tais relações se realizam conforme diversas dimensões e incluem diferentes aspectos, sendo objeto de reflexão de diversas áreas do conhecimento. E ela pode também ser vista de acordo com o seu ciclo de vida. Carter e McGoldrick (2001) falam de seis momentos: 1 – Saindo de casa (jovens solteiros), o que requer a aceitação de responsabilidades emocionais e financeiras pelo eu; 2 – A união de famílias no casamento (o casal), quando há o comprometimento com um novo sistema; 3 – Famílias com filhos pequenos, em que o princípio-chave é o de aceitar novos membros no

¹ O presente artigo é parte da tese de doutorado da primeira autora sob orientação da segunda. Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (USP). O trabalho recebeu apoio da CAPES.

* Psicóloga, Doutora em Psicologia, Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal). E-mail: luciam@usp.br (autora).

** Psicóloga, Pós-Doutora em Psicologia, FFCL-RP – USP (co-autora).

sistema; 4 – Famílias com filhos adolescentes, cujo principal papel é o de aumentar a flexibilidade das fronteiras familiares para incluir a independência dos filhos e a fragilidade dos avós; 5 – Lançando os filhos e seguindo em frente, que implica aceitar várias saídas e entradas no sistema familiar; 6 – Famílias no estágio tardio da vida, caracterizado pela mudança dos papéis geracionais.

O estágio três, em particular, aborda famílias com filhos pequenos; inicia-se com o nascimento dos filhos, em particular do primeiro, e grandes ajustes são necessários visando à inclusão de um novo membro, a continuação da relação do casal e de aspectos profissionais, além de preocupações com a aquisição de bens e de moradia (DUQUE, 1996). Carter e McGoldrick (2001) referem que a mudança para este estágio implica os adultos tornarem-se os cuidadores da geração mais jovem. Para as autoras, no casamento em que há dois salários (e às vezes duas carreiras), o problema central nesta etapa é justamente a disposição das atenções e das responsabilidades pela criança e pelas tarefas domésticas quando os dois trabalham em tempo integral, tendo os avós uma posição secundária.

Bradt (2001) lembra que o retorno de ambos os pais ao trabalho em período integral só é possível quando providenciam alguém para cuidar dos filhos, que pode ser um parente, mas que a probabilidade é grande de que nenhum esteja disponível ou seja adequado. Neste caso, a alternativa é empregar uma pessoa para cumprir o papel de cuidador, sendo esta uma tarefa difícil porque se precisa encontrar alguém conveniente e competente para tal função. E, quanto mais nova a criança, mais complicado o acerto e maior o sentimento de risco.

Nesse caso, uma alternativa encontrada por diversos pais são as instituições de educação infantil, creches e pré-escolas, sobretudo as primeiras, historicamente vinculadas às mudanças na organização das famílias e nas necessidades das mães, que têm sido muitas e freqüentes.

Além das mudanças esperadas no decorrer da vida da família, como mencionado anteriormente, significativas mudanças vêm ocorrendo nas famílias no decorrer do tempo histórico.

Na Idade Média, ao menos na Inglaterra, conforme Ariès (1981), a educação das crianças se dava pela aprendizagem junto aos adultos e, a partir dos sete anos, elas eram enviadas a outras famílias, para morar, iniciar sua vida, aprender um ofício, as maneiras de um cavaleiro, ou ainda para que freqüentassem uma escola aprendendo as letras latinas. Este processo era um costume presente em todas as condições sociais. Porém a escola não era regra e sim, exceção.

A partir do século XV, ao contrário, a educação passou a ser propiciada cada vez mais pela escola, tornando-se o instrumento normal da iniciação social, da passagem da infância para a vida adulta. A família passou a se concentrar em torno da criança, que não permaneceu, contudo, desde o início, junto a seus pais, pois freqüentava escola distante. Porém o afastamento do escolar não durava tanto e nem tinha o mesmo caráter da separação do aprendiz. O laço entre a família e o escolar era mais estreito, é como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo que a escola, ou o hábito de educar as crianças na escola (ARIÈS, 1981).

No início do século XVII, segundo o autor, houve proliferação das escolas que se deu pela necessidade de educação teórica, em substituição às antigas formas práticas de aprendizagem, assim como ao desejo dos pais de manter suas crianças perto o mais tempo possível. Portanto a família se concentrou na criança, e as relações entre pais e filho foram cada vez mais sentimentais.

O retorno da criança ao lar deu à família do século XVII a característica de ela ser elemento indispensável da vida quotidiana, e os adultos passaram a ter preocupação com sua carreira, educação e futuro. Porém, a família do século XVII não era como a moderna, pois ainda apresentava grande massa de sociabilidade, enquanto esta se separa do mundo e opõe à sociedade o grupo solitário composto por pais e filhos, que irá focalizar toda a energia na promoção das crianças. Para Ariès (1981), a partir do século XVIII, até os dias atuais, o sentimento de família apresentou poucas modificações, permanecendo o mesmo observado nas

burguesias rurais ou urbanas do referido século, estendendo-se, contudo, cada vez mais a outras camadas sociais.

Até o século XVII, o essencial continuaria a ser a representação da vida exterior e pública, não existia quase nenhuma intimidade, as pessoas misturavam-se umas com as outras, criados e senhores, adultos e crianças, em casas sempre abertas às indiscrições dos visitantes. Portanto, a densidade social não permitia lugar para a família, embora ela existisse como realidade vivida, não existia como sentimento e nem como valor. Foi a partir do século XVIII que o sentimento de família se estendeu a todas as camadas e impôs-se às consciências. A família tornou-se uma sociedade fechada em que seus membros gostam de estar, e que é evocada com prazer. A evolução dos costumes contemporâneos, conforme Ariès (1981), é incompreensível se se despreza o prodigioso aumento do sentimento da família.

A família estendeu-se conforme a sociabilidade se retraiu. A partir do século XVIII, as pessoas passaram a se defender de uma sociedade cujo convívio constante até então havia sido a fonte da reputação, da educação e da fortuna. Em todos os lugares, foi reforçada a intimidade da vida privada em detrimento das relações de amizade, de vizinhança ou de tradições. Os aspectos profissional e familiar, para Ariès (1981), abafaram a atividade das relações sociais que antes invadia toda a vida.

Aproximando-se dos tempos atuais, mudança significativa ocorre no século XX pois, para Segalen (1999), os anos 70 foram marcados pela entrada no mercado de trabalho das mulheres das camadas médias, que antes permaneciam em casa ocupando-se do lar e dos filhos. Um conjunto de fatores sociais, econômicos, médicos e culturais fez com que as mulheres procurassem uma atividade profissional fora do lar. As mortes por parto e as doenças relacionadas com o corpo feminino sofreram decréscimo considerável. A contracepção evitou-lhe gravidez numerosa e os progressos da medicina limitaram a mortalidade infantil. As jovens tiveram direito a uma educação melhor, que aos poucos se equiparou à dos rapazes. Passaram a ter acesso à universidade e a se utilizar de seus diplomas no mercado de trabalho. Paralelamente, os progressos econômicos dos anos do pós-Guerra, a redução dos preços dos bens de consumo e a proliferação dos eletrodomésticos facilitaram a realização das tarefas domésticas. Soma-se a tudo isso, a desvalorização implícita das tarefas domésticas, ao contrário do que ocorria no meio rural. A mulher então, a partir dos anos 70, aspira ter uma atividade profissional e nela permanecer, mesmo depois do nascimento dos filhos. O trabalho assalariado, ao contrário dos rendimentos agrícola e artesanal que são auferidos pela família de forma global, possibilita à mulher renunciar ao casamento, quando este não a satisfaça, também lhe permite a vida em celibato, visto que o salário lhe possibilita tanto um meio de vida quanto um estatuto na sociedade.

Arriagada (2000) cita grandes mudanças nas famílias latino-americanas nas últimas décadas. Para ela, o mais importante seria o declínio do modelo patriarcal de família, caracterizado pela autoridade exercida pelo homem sobre a mulher e os filhos, o que estava associado aos seguintes fatos: incorporação massiva das mulheres no mercado de trabalho, embora estudos qualitativos demonstrem que não tem havido mudanças importantes no sentido de compartilhar o cuidado dos filhos e as atividades domésticas, o que tende a sobrecarregar bastante a jornada de trabalho feminina; a debilidade do sistema patriarcal se associa também ao fim do sistema de contribuição única à casa e mudança na valorização das novas contribuições econômicas da casa (mulheres, jovens e crianças). Além disso, também aumenta o número de lares chefiados por mulheres e que, em sua maioria, são monoparentais.

Continuando sua análise sobre as mudanças familiares, Arriagada (2000) menciona que, embora haja diminuição entre 1986 e 1997 das famílias nucleares, elas continuam sendo predominantes, mas, sem dúvida, mesmo dentro desse modelo há grande diversidade, apresentando diferentes estruturas: famílias reconstituídas, as que se declaram serem chefiadas por mulheres e as sem filhos. Ela observa que, de 1986 a 1997, cresceram as casas unipessoais e diminuíram as com famílias extensas e compostas, o que é fruto do processo de urbanização.

Arriagada (2000) constata ainda importantes mudanças demográficas, particularmente o decréscimo das taxas de natalidade durante os anos 70. Além disso, ela assinala que as funções de cuidado e de socialização inicial dos filhos são compartilhadas cada vez mais com outros agentes sociais como a escola, o jardim de infância, outras pessoas da família e não-familiares, o que ocorre segundo as possibilidades econômicas e a presença ou não de famílias extensas. Ainda são apreciadas novas relações entre pais e filhos, havendo aumento dos direitos dos filhos e perda da relevância das relações de hierarquia e de submissão. Começa também a aparecer o direito individual e a ênfase na relação pessoal acima dos interesses familiares. Observam-se também lentas mudanças de gênero, tanto na distribuição do poder e nas políticas públicas como no interior da família.

As famílias vêm sofrendo, também nas últimas décadas, com a violência urbana, o que afeta seu modo de morar, protegendo-se em apartamentos ou em condomínios fechados. O crime cometido nas ruas, particularmente o violento, segundo Zaluar (1998), é atualmente uma das preocupações centrais das populações metropolitanas do Brasil. As atuais imagens da cidade não são mais de liberdade e de segurança e, sim, tomadas pela deterioração da qualidade de vida urbana, onde estão presentes tanto o temor da vitimização quanto a experiência direta dela.

Analisando as práticas de educação usadas pelas famílias com suas crianças, no Brasil, ao longo do século XX e início do XXI, pesquisadores vêm apresentando resultados importantes.

Resumindo características presentes em pesquisas, Biasoli-Alves (2002) menciona que, nas décadas iniciais do século XX, tanto as crenças quanto as atitudes relativas à educação e à criação de filhos vinham essencialmente da religião e do sistema em que as mães haviam sido criadas, havendo a Moralidade Religiosa. Embora o olhar das mães sempre acompanhasse as crianças, elas usufruíam de grandes espaços para brincar, tendo a oportunidade de diversas e variadas atividades, podendo ainda determinar livremente o uso do seu tempo. Os adultos controlavam as crianças e exigiam obediência e bom comportamento, utilizando-se de punições severas. Pouco ocorriam, por parte dos adultos às crianças, os elogios, agrados, assim como explicações de suas ordens e proibições. Já nas décadas de 50 e 60, tanto as atitudes como as crenças sobre educação e infância começaram a vir da Pediatria, havendo a Moralidade Higienista. Apesar do crescimento das cidades, do aumento na mobilidade das famílias e do surgimento da televisão, o controle do comportamento da criança continuou sendo importante, porém havendo menos punição. O modelo de educação da época comportava tanto a exigência quanto a afetividade, complementadas por pouca explicação, independência e expressão de oposição ou desagrado aos adultos. Dirigindo-se para o final do século XX, havendo as Moralidades das Necessidades Naturais e, em seguimento, a Individualista e de Curtição, tanto as atitudes quanto as crenças sobre educação vêm dos especialistas como os pediatras, os professores e os psicólogos. A orientação passa a ser a de permitir, não tolher e procurar olhar as crianças nas suas especificidades. Entretanto, diante da falta de controle do comportamento das crianças e dos jovens, os adultos passam a se utilizar de diferentes estratégias para tentar controlá-los: punem física e verbalmente, gritam, ameaçam, reagindo à frustração por não terem alcançado o que esperavam que fosse acontecer, dado o seu investimento em propostas novas.

Especificamente sobre liberdade x restrições, Biasoli-Alves (2002) questiona o fato de as crianças atualmente serem consideradas muito mais livres do que antes. Para ela, embora seja real a preocupação com o desenvolvimento da independência/autonomia infantil, bem como a presença de uma prática de educação que procura promovê-la, a criança recebe muitas cobranças dos adultos para que se saiam bem sempre e correspondam ao investimento que fazem para que ela venha a ter um bom futuro. A própria evolução do espaço físico vai do amplo para o restrito, da ausência de controle (liberdade de deslocamento de um lugar a outro) para o ambiente restrito da casa. Em diversos casos, a rua desaparece enquanto ambiente de brincadeiras e encontros.

As crianças atualmente se dirigem aos adultos, segundo a autora, de forma mais livre, desconsiderando as diferenças de papel, de conhecimento, de experiência, o que gera, na maior

parte das vezes, incompreensão, desrespeito, ausência de aprendizagem e, em conseqüência, obtém-se o inverso do pretendido, havendo um despreparo para a vida futura.

Para a autora, sobretudo nas camadas médias, as práticas de educação atuais têm como objetivo, grande parte das vezes, tornar a criança competente, visando que se sobressaia e se dê bem no confronto com os outros de sua idade. Em posição extrema, Biasoli-Alves (2002) observa que ela está demasiadamente envolvida em atividades fora de casa, que exigem dedicação absoluta. Assim, a criança corre como correm os pais, não sendo mais dona de seu tempo.

No que diz respeito à correção do comportamento inadequado, o recurso constante à punição física infantil deixou de existir (no discurso) e, atualmente, a forma predominante é a verbal. Mas Biasoli-Alves (2002) ressalta que o problema não é retirar ou mesmo diminuir a punição física, mas não se ter substitutos eficazes que levem a criança a obedecer e, conseqüentemente, que permitam que o adulto se perceba competente no lidar com ela.

Analisando as práticas de cuidado e de educação da criança, a autora refere que antes a educação estava totalmente apoiada na autoridade dos pais sobre os filhos, havendo delimitações claras do certo e do errado e exigência de cumprimento de normas preestabelecidas. No espaço de algumas décadas, segundo ela, a educação transformou-se profundamente, e ter poucas regras a seguir é caracterizado como ideal e, embora a obediência às ordens dos adultos seja valorizada, o fundamento da educação é dar independência, promover a competência/competitividade e permitir a iniciativa do filho. Biasoli-Alves (2002) atribui tais elementos como sendo fruto do pensamento democrático que influenciou as sociedades ocidentais, inclusive a brasileira. Para ela, vigora um processo de socialização permeado por contradições, sendo previsto um tempo longo de dependência econômica dos pais e, por outro lado, uma autonomia precoce com ausência de regras fixas para o comportamento adequado. Hoje, as famílias colocam-se numa situação de insegurança, questionam se estão agindo corretamente com os próprios filhos. Isto é esperado numa sociedade em constante transformação, no lugar das velhas regras, aparecem diversas opções novas que, embora válidas, são criticáveis.

Em estudo que focalizou a educação da criança no início do século XX, Caldana (1998) entrevistou 20 pessoas de ambos os sexos, nascidas entre os anos de 1895 e 1919, oriundas de famílias de camada média (mas, quando eram crianças tinham condição socioeconômica diversa). Verificou que era em torno dos brinquedos e das brincadeiras que o cotidiano das crianças se dava, independentemente da posse de objetos específicos, porque tudo era transformado e os brinquedos disponíveis eram geralmente artesanais, e feitos pelos adultos junto com as crianças.

Algumas crianças dispunham de seu tempo livremente, brincando o quanto quisessem, ou dividindo-o com atividades escolares; entretanto outras trabalhavam: as meninas nos serviços domésticos e os meninos contribuindo na renda familiar. Os entrevistados da autora revelam que os homens tinham uma longa jornada de trabalho, porém a vida das mulheres é mais enfaticamente apresentada como sendo só de trabalho. A dureza do cotidiano feminino se dava pelo número elevado de filhos e pelos recursos precários e escassos da época.

Sobre os locais em que vivenciaram a infância, os participantes da pesquisa de Caldana (1998) mencionam a amplidão de espaço e a liberdade. No entanto, tal liberdade expunha as crianças a perigos, sendo, por vezes, vítimas de acidentes.

Havia tanto a dificuldade de acesso aos bens, que eram escassos, como também a de ganhar dinheiro. Diante disso, conforme Caldana (1998), a criança aprendia a não desperdiçar nada e a contentar-se com o que possuía. E os adultos, particularmente os pais, educavam as crianças visando que fossem obedientes, sendo o controle da disciplina de responsabilidade de ambos os pais.

Comparando com os tempos atuais, Caldana (1998) aponta a emergência de dificuldades hoje sentida pelos pais na educação dos filhos como o estabelecimento de limites ao desejo e à sociedade de consumo. Para a autora, a atual educação oferecida à criança a coloca numa posição

privilegiada perante o adulto, que está preocupado em respeitar a sua individualidade, em fazê-la feliz e em diminuir a distância entre ambos.

Ao estudar três grupos de mães de camada média do interior paulista, o primeiro constituído por aquelas que tiveram filhos pequenos nas décadas de 30-40, o segundo nas décadas de 50-60 e o terceiro nas décadas de 70-80, Dias-da-Silva (1986) realizou análise intergrupos e intragrupos. Identificou a existência de certas modificações expressivas tanto nas práticas quanto nas concepções empregadas por tais mães na educação dos filhos pequenos. Destaca como resultados da pesquisa que: 1. as mães com filhos pequenos nas décadas de 30-40 nortearam-se pela sabedoria popular e seguiram os padrões utilizados pelos próprios pais; tiveram como foco mais relevante de suas vidas a maternidade e dedicaram-se basicamente ao cuidado da família; priorizaram o controle e a disciplina da criança, apresentando um ideário para educação dos filhos que abrangia: nível alto de exigência dos filhos, com pouca demonstração de afeto e comunicação, priorizando o desenvolvimento de bons hábitos e normas de convivência social. A sexualidade devia ser inibida e a independência do filho pequeno não era relevante; sob o olhar das mães, os filhos tinham oportunidades de atividades variadas, brincando coletivamente em quintais e ruas, convivendo com a família extensa e também com vizinhos; buscando que o filho fosse disciplinado e obediente, utilizavam-se de técnicas disciplinares inibidoras de suas condutas inadequadas, particularmente a punição física e verbal (com retirada de afeição), sendo poucas as explicações e os elogios; atribuíam à mãe/mulher o papel e a responsabilidade principal no processo de educação dos filhos, contando muito pouco com a participação e o envolvimento dos maridos no dia-a-dia com seus filhos; ao avaliarem a educação de outras épocas, criticaram as mães das décadas de 70-80, desaprovando a grande permissividade utilizada, porém valorizaram o envolvimento e a afetividade destas mães para com seus filhos.

2. As mães com filhos pequenos nas décadas de 50-60 valorizavam o sistema de criação recebido pelos próprios pais, embora com ressalvas, e tinham a própria experiência como boa orientadora na criação dos filhos; tiveram como foco principal de suas vidas a maternidade, sendo que várias abandonaram sua profissionalização em prol das atividades domésticas; consideravam importante tanto o estabelecimento de exigências quanto a manifestação de afetividade (impondo normas e acariciando/elogiando os filhos). A independência das crianças era pouco valorizada e a comunicação com elas também. Foi mantida a inibição da sexualidade; embora vigiassem certas condutas dos filhos, envolviam-se em atividades lúdicas com eles, que corriqueiramente brincavam tanto com parentes quanto com vizinhos no quintal ou em casa. Com o surgimento dos clubes e dos automóveis, assim como o de brinquedos industrializados, aumentaram as opções de lazer; utilizavam-se de castigos, punição física e verbal (ameaças de retirada de afeição) para controlar as inadequações comportamentais dos filhos. Os elogios e as explicações eram raros; toda a responsabilidade no processo de educação dos filhos era atribuída à mãe, embora valorizassem o maior envolvimento e interesse dos maridos, cabendo a eles uma função mais autoritária; criticaram as mães das décadas de 70-80, desaprovando a grande permissividade utilizada na educação dos filhos e a dependência dos especialistas. Mas valorizaram o envolvimento com seus filhos e a demonstração de afeto para com eles.

3. As mães com filhos pequenos nas décadas de 70-80 priorizaram o cientificismo e questionaram o passado; atribuíam à maternidade um papel fundamental em suas vidas, no entanto, não exclusivo, valorizando sua profissionalização, buscando manter sua individualidade; tomando por base as conseqüências negativas atribuídas à rigidez e ao autoritarismo dos pais, procuraram estabelecer com os filhos exigências com nível mediano e flexível, tanto favorecendo a independência da criança quanto valorizando a comunicação com ela. Ainda destacaram a demonstração de afeto; as atividades das crianças nesta época foram menos supervisionadas pelas mães, incluindo a televisão e o brinquedo solitário dentro de casa, podendo colaborar nas tarefas domésticas. O contato com a família extensa é menor e a escolarização das crianças é precoce; utilizavam como técnicas disciplinares o castigo e a punição verbal (gritos),

entretanto recorriam a elogios e à persuasão dos filhos, evitando utilizar punição física e ameaças de retirada de afeição. Ao contrário das mães de décadas anteriores, aceitavam manifestações de descontentamento por parte dos filhos; consideravam que os pais deveriam ter uma participação integral no processo de educação dos filhos, sendo o cuidar dos filhos uma função do casal, embora na prática, as mães assumissem efetivamente grande parte da tarefa; criticaram as mães das décadas de 1930-40 por terem abusado do autoritarismo e da rigidez na educação dos filhos.

Os dados da pesquisa de Dias-da-Silva (1986) revelam que se caminhou de um pólo mais autoritário, focalizando a obediência e a disciplina, para um de maior flexibilidade, liberdade e permissividade.

A autora discute as atividades cotidianas das crianças à luz das transformações nas condições de vida da família e das modificações do espaço urbano entre as décadas de 30 e 80. Para ela, as ruas de terra batida ou calçadas com paralelepípedos com carros de aluguel ou carroças passando rente às casas poucas vezes são fundamentalmente diferentes das avenidas asfaltadas de hoje com tráfego de carros, motos, ônibus e caminhões; e as residências atuais têm menos área externa, são cercadas, possuem pouco contato direto com a rua e com vizinhos. O que antes garantia maior convivência com os avós e família extensa, pelo costume de fazer visitas com frequência, passa a ser substituído pelas idas aos clubes e pela televisão. Também se observa uma diminuição no tempo em que mães e filhos estão juntos, porque elas estão parte do dia no trabalho e eles na escola e em outras atividades. Os brinquedos artesanais também foram substituídos pelos industrializados, havendo grande incentivo ao consumo.

Segundo Dias-da-Silva (1986), os pais atualmente apresentam uma grande insegurança quanto ao que fazer, o que pode advir do fato de as mães não terem tido a oportunidade de aprender com os mais velhos, ou porque passaram a questionar a maneira como foram educadas. Para ela, ao escapar da sabedoria popular que orientava as gerações anteriores nos cuidados com os filhos, as mães atuais norteiam-se por um ideário mais científico, seguindo orientações de especialistas e de manuais, visando garantir sua boa maternidade.

Outra autora, Marcon (1998), relata como famílias de camada média percebem, vivenciam e representam a criação de seus filhos. Sua pesquisa foi realizada em Maringá (Paraná), junto a três gerações de famílias, representadas na maioria das vezes por suas mulheres (das 28 entrevistas só duas foram com homens). A primeira geração criou os filhos nas décadas de 30-40, a segunda nas décadas de 50-60 e a terceira nas décadas de 80-90.

Os resultados da pesquisa da Marcon (1998) revelaram que os filhos da primeira geração foram criados no meio rural, mas ainda nessa geração foi iniciada a migração para a zona urbana, havendo preocupação com o acesso à escola e com a formação dos filhos; houve redução no número de filhos no decorrer das três gerações, o que é atribuído principalmente à utilização de métodos contraceptivos; a época do casamento passou a ser mais tardia devido ao trabalho e estudo da mulher; aconteceu um aumento do padrão educacional exigido; em decorrência da redução da rede de parentesco, da distância de moradia e das crescentes taxas de inserção da mulher no mercado formal de trabalho, as creches surgiram como alternativa às famílias de camadas médias, tanto para assistir as crianças quanto para auxiliar no cuidado dos filhos, enquanto nas primeiras gerações, mesmo quando trabalhavam, as mães permaneciam perto deles; além do crescente número de mulheres trabalhando fora de casa, observa-se que isto ocorre por jornadas de seis a oito horas, e também inicialmente somente as mais pauperizadas, enquanto hoje é grande o contingente das de camada média e média alta que passaram a exercer atividade extra-lar; houve aumento da privacidade da criança que, dos quartos com vários irmãos, passou a ter um quarto, e por vezes um banheiro, só para ela; maior também foi a participação dos homens, particularmente na terceira geração, tanto no cuidado com os filhos quanto nas tarefas domésticas; as relações entre as gerações foram diminuindo no decorrer do tempo, passando de o fato de as avós e seus ensinamentos serem grande referencial para as mulheres em seu papel maternal, para o fato de atualmente as famílias desejarem auto-suficiência e independência com relação à família de origem. As mães atuais julgam ser melhor que os filhos freqüentem creche

do que fiquem cotidianamente sob os cuidados das avós, ou seja, embora sejam consideradas como recurso confiável para o cuidado dos filhos, são apropriadas apenas em determinados casos, como quando a criança está doente, de férias ou em recesso; foi identificada distância no relacionamento e dificuldades de aproximação entre pais e filhos nas duas primeiras gerações, embora as mães normalmente fossem apontadas como aliadas dos filhos. Por outro lado, atualmente foi percebida uma cumplicidade maior entre o pai e sua prole, refletindo o aumento da participação e do interesse dos pais pelo acompanhamento dos filhos, mas também como a maior responsabilidade pela criação dos filhos ainda é da mãe, cabe a ela estipular e cobrar as regras, e ao pai, ser fonte de agrado e defensor da criança; as primeiras gerações manifestaram segurança ao afirmar que acreditavam ter criado bem sua prole, por outro lado, a atual apresenta o conflito e o medo de não estar agindo corretamente com seus filhos; com relação aos serviços de saúde, na primeira geração eles praticamente inexistiam, na segunda geração há a presença do médico, particularmente o amigo da família, embora não com fins preventivos. Na terceira geração, é consolidado o saber técnico-científico, havendo procura freqüente do médico assim como de outros profissionais da saúde como psicólogos, fonoaudiólogos e odontólogos. Inclusive as mães da segunda geração normalmente consideraram exagerada a quantidade de vezes que as crianças atuais são levadas ao médico.

Finalmente, diante da realidade apresentada no presente artigo, identificou-se a necessidade de pesquisas que aprofundem as concepções e as práticas maternas e paternas sobre educação de filhos. Outro aspecto interessante seria fazer um estudo longitudinal acompanhando concepções e práticas educacionais de genitores ao longo do ciclo evolutivo da família.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. São Paulo: LTC, 1981.

ARRIAGADA, I. Nuevas familias para un nuevo siglo? **Cadernos de Psicologia e Educação: Paidéia**, 18 (10), 28-35, 2000.

BIASOLI-ALVES, Z.M.M. A questão da disciplina na prática de educação da criança, no Brasil, ao longo do século XX. **Veritati**, 2, 243 – 259, 2002.

BIASOLI-ALVES, Z.M.M. & CALDANA, R. H. L. Práticas educativas: a participação da criança na determinação de seu dia-a-dia. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2, (8), 231-242, 1992.

BRADT, J. O. Tornando-se pais: famílias com filhos pequenos. Em B. Carter. & M. McGoldrick. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. (M.A.V. Veronese, Trad.) (pp. 206 – 222). Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

CALDANA, R. A criança e sua educação na família no início do século: autoridade, limites e cotidiano. **Temas em Psicologia**, 2 (6), 87-103, 1998.

DIAS DA SILVA, M. **A educação dos filhos pequenos nos últimos 50 anos: a busca do “melhor”?** Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia. São Paulo, 1986.

CARTER, B. & MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. (M.A.V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

DINIZ, G.R.S. Homens e mulheres frente à interação casamento-trabalho: aspectos da realidade brasileira. Em T. Féres-Carneiro (Org.). **Casal e família: entre a tradição e a transformação**. (pp. 31-54). Rio de Janeiro: NAU, 1999.

DUQUE, D.F. Crises normais do ciclo de vida familiar. **Rev. ABPAG**, (5), 78-86, 1996.

MARCON, S. **Criar os filhos: representações de famílias de três gerações**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Florianópolis, 1998.

MORANDÉ, P. La imagen del padre en la cultura de la postmodernidad. **Anthropotes**, 2, 241-259, 1996.

PETRINI, J. C. **Pós-modernidade e família: um itinerário de compreensão**. Bauru: EDUSC, 2003.

PETRINI, J. C. & Alcântara, M. A família em mudança. **Veritati**, 2, 125-140, 2002.

SEGALEN, M. A revolução industrial: do proletário ao burguês. Em: **História da família**. 4º volume. O ocidente: industrialização e urbanização. (organizadores: André Burguière, Christiane Klapisch-Zuber, Martine Segalen, Françoise Zonabend). Lisboa, Portugal: Terramar, 5-36, 1999.

ZALUAR, A. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. Em: **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizadora do volume Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras (História da vida privada no Brasil, vol. 4, p. 245-318), 1998.